

MDB: PASSADO E PRESENTE NA POLÍTICA BRASILEIRA¹

MDB: PAST AND PRESENT IN BRAZILIAN POLICY

MDB: PASADO Y PRESENTE EN LA POLÍTICA BRASILEÑA

Tamires Mascarenhas Pecoraro¹

Resumo

A história presente do Brasil está marcada por uma crise institucional na qual os elementos “democráticos” mostram-se corrompidos e viciados em sistemas fraudulentos. Muitos partidos políticos envolvidos em grandes esquemas de corrupção permeiam os noticiários, desmoralizando a política nacional, bem como esses grupos políticos. Assim, nesse cenário de descrédito quanto às representações partidárias, este trabalho pretende discutir o recente pedido do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) enviado ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para que possam retornar à sua antiga nomeação: Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Objetiva-se discutir a rememoração do passado em período de crise vivida por essa agremiação. É necessário discutir sobre a construção de memória e como esse partido remete-se a ele como forma de reconstruir sua imagem pública.

Palavras-chave: (P)MDB; memória; partido político.

Abstract

The present history of Brazil is marked by the moment of a institutional crisis, in which the “democratic” elements show themselves corrupt and addicted to fraudulent systems. Many political parties involved in major corruption schemes percusse the news, demoralizing national politics as well as these political groups. Thus, in this scenario of discredit as the partisan representations, this work intends to discuss the recent request of the Partido do Movimento Democrático (PMDB) sent to the Higher Electoral Court (TSE) so that they can return to their former nomination: Movimento Democrático Brasileiro (MDB). It is aimed at discussing the remembrance of the past in the period of crisis experienced by this political party. It is necessary to discuss the construction of memory and how this political party refers to it as a way to rebuild its public image.

Keywords: (P)MDB; memory; political party.

Resumen

La historia presente de Brasil está marcada por una crisis institucional, en la cual los elementos “democráticos” se muestran corrompidos y adictos a sistemas fraudulentos. Muchos partidos políticos involucrados en grandes esquemas de corrupción impregnan los noticieros, desmoralizando la política nacional, así como esos grupos políticos. En este escenario de descrédito en cuanto a las representaciones partidistas, este trabajo pretende discutir la reciente petición del Partido del Movimiento Democrático Brasileño (PMDB) enviado al Tribunal Superior Electoral (TSE) para que puedan regresar a su antigua nominación: Movimento

¹ Graduada em História pela UNIRIO, mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFRRJ, área de concentração Relações de Poder e Cultura, na linha de pesquisa Relações de Poder, Trabalho e Práticas Culturais. E-mail: tamires@gmail.com.

Democrático Brasileiro (MDB). Se pretende discutir la rememoración del pasado en período de crisis vivida por este partido. Es necesario discutir sobre la construcción de memoria y cómo ese partido se remite a él como forma de reconstruir su imagen pública.

Palabras clave: (P)MDB; memoria; partido político.

Introdução

O atual cenário político brasileiro encontra-se em descrédito frente a tantas notícias que envolvem partidos políticos e seus filiados em esquemas de corrupção. Grupos partidários que deveriam zelar pela integridade da sociedade brasileira, bem como pela democracia do país, barganham leis por capitais em benefícios próprios, retirando da sociedade direitos e conquistas históricas. Assim sendo, diversos partidos políticos perdem credibilidade junto à população brasileira, possibilitando o desenvolvimento de discursos ufanistas e próximos ao fascismo, com a presente ascensão de figuras políticas que defendem essas ideias para combate à corrupção e promoção de segurança pública.

Diante da descrença nos partidos, vários desses grupos têm buscado mudanças em sua aparência que possibilitem a reaproximação com o eleitorado, como será aqui estudado em relação às petições encaminhadas recentemente ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) por diversos partidos políticos por mudanças em seus nomes e siglas, em específico o pedido feito pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Neste artigo, então, busca-se compreender o caso do PMDB em sua maneira de apelar para a construção da memória como forma de transformação de sua figura, partindo das fontes jornalísticas para estudo deste objeto.

Neste artigo será inicialmente abordada a constituição do partido que dará origem posteriormente ao PMDB: o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), bem como as circunstâncias históricas de sua criação. Posteriormente, será discutido o processo de extinção do MDB e a criação do PMDB. Finalizando a discussão, será problematizado o pedido do PMDB para mudança de sua sigla, em que buscam o retorno para “MDB”, em um processo que envolve apelo à memória. Também será analisado esse pedido junto à conjuntura política atual.

Para esse diálogo, serão utilizadas as concepções sobre memória segundo Michael Pollak, de maneira a contribuir com a análise desses processos de rememoração, empregando aqui os conceitos de “memória seletiva” e “construção da memória”. No artigo *Memória e identidade social*, o sociólogo demonstra como a

memória passa por processos de seleção do que deve ser lembrado, sendo assim um exercício de construção. A respeito da coletividade, essa formação memorial enquadra os eventos de acordo com um ponto de vista político e corresponde à disputa pelos acontecimentos que serão perpetuados na memória do povo (POLLAK, 1992).

Sobre o uso da imprensa como fonte, Tania Regina de Luca, em seu artigo *História dos, nos e por meio dos periódicos*, fornece um interessante instrumento metodológico para essa pesquisa. Cabe aqui destacar o cuidado com esse material, levando-se em consideração a intenção da produção da notícia, suas fontes consultadas e o público-alvo a que se destina (LUCA, 2008, p. 142).

Já sobre partido político, a compreensão partiu dos estudos de Serge Berstein, cujo artigo encontra-se em obra organizada por René Rémond (2003, p. 57-98), contribuindo aqui para a análise de que essas organizações são fenômenos históricos, permitindo compreender seu surgimento ou organização a partir de rupturas e crises históricas.

Formação do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) no contexto da ditadura civil-militar

Em 1964, insurgiu no Brasil um golpe de Estado derivado da soma de forças empresariais reunidas nos IPES/IBAD insatisfeitas com a política reformista de João Goulart, unidas aos setores militares descontentes com a quebra da hierarquia de sua instituição. Com apoio estrangeiro, levantaram a bandeira anticomunista.² No instaurar do novo governo, ocupado pelos militares em seus altos postos, houve mudanças substanciais no regime democrático brasileiro que se estruturava desde 1945, no findar do Estado Novo.

Das diversas mudanças ocorridas, busca-se enfatizar neste presente artigo a desestruturação do sistema partidário, contribuindo para a constituição de novos partidos, essencialmente dois: Aliança Renovadora Nacional (Arena) e Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

Para essa discussão, procurou-se estabelecer um diálogo entre Maria D'Alva G. Kinzo (1988), Rodrigo Patto Sá Motta (1997) e Lúcia Grinberg (2009), por constituírem as principais referências nos estudos dos partidos políticos no período ditatorial.³ Primeiramente, ao compreenderem a desestruturação do pluripartidarismo com a imposição do segundo Ato Institucional (AI-2), em 27 de outubro de 1965, os autores concordam que uma das motivações para tal ação do governo Castelo Branco foram os

resultados das eleições para governadores (TSE, 1971), ocorridas em 3 de outubro desse mesmo ano, em que a oposição representada pela coligação PSD-PTB (MOTTA, 1997, p. 23) ganhou o pleito nos principais estados da federação, como Minas Gerais e Guanabara, levando a UDN, então base de representação do governo golpista, às derrotas eleitorais (GRINBERG, 2009, p. 27).

Além das eleições, outros fatores configuraram a opção do governo pela imposição do AI-2: “[...] foi apenas depois da rejeição dessas emendas pelo Congresso e a divulgação dos resultados eleitorais, que o presidente Castelo Branco decidiu-se pela edição de um novo ato institucional” (GRINBERG, 2009, p. 59). Para Grinberg, como exposto nessa citação, a decisão de Castelo Branco para além dos resultados eleitorais, vigorou o fator de não aprovação pelo Congresso de emendas constitucionais enviadas pelo Executivo, visto que os parlamentares temiam o aumento de poder federal e da justiça militar (Idem).

Ainda, para Motta e Kinzo, além das eleições estaduais de 1965 e da não aprovação pelo Congresso das emendas pretendidas pelo Poder Executivo, pesou a divisão interna dos militares, em que a “linha dura” pressionava o governo Castelo Branco pela adoção de medidas mais rígidas que garantissem a manutenção do poder pelas Forças Armadas. “[...] o AI-2, que extinguiu os antigos partidos e abriu caminho para o bipartidarismo, foi editado após uma crise provocada pela pressão da linha dura” (MOTTA, 1997, p. 23).

Porém, não foi o AI-2 que arbitrou, estritamente, sobre a formação do bipartidarismo. Além da Lei Orgânica dos Partidos Políticos, o que de imediato interferiu na nova configuração partidária foi o Ato Complementar nº 4, de 20 de novembro de 1965, “regulamentando a criação das organizações provisórias com atribuições de partidos políticos” (GRINBERG, 2009, p. 62). Dentre suas disposições, cabe aqui citar que as novas agremiações deveriam ser formadas a partir do Congresso Nacional, dificultando a formação de partidos oposicionistas com posições mais radicais e de base em movimentos sociais.

Os novos partidos tinham que ser organizados a partir da iniciativa de membros do Congresso Nacional, em número não inferior a 120 deputados e 20 senadores. Isso significava um número de partidos bastante restrito, não se desejando nem um sistema de partido único, nem um multipartidarismo amplo. Ou seja, o Executivo pretendia, de fato, um sistema de apenas dois partidos, um de apoio ao governo e outro de oposição (GRINBERG, 2009, p. 62 e 63).

Lembra-se, ainda, dos expurgos sofridos pela oposição dentro do Parlamento realizados pelo governo militar a partir do AI-1, que pesaram para a formação de um partido oposicionista:

[...] um partido de oposição em um regime autoritário não seria muito atraente para aqueles que buscavam pelo menos alguma proximidade com o poder, ou que não queriam correr o risco de ter seu mandato cassado em virtude de algum discurso imprudente. É sabido que o presidente Castelo Branco chegou a persuadir um senador a filiar-se ao partido de oposição a fim de viabilizar a criação de um segundo partido político. Além disso, grande parte dos políticos que se opuseram ao golpe de 1964 já havia sido banida da vida política do país (KINZO, 1988, p. 29).

Analisando, assim, o contexto da formação do grupo oposicionista, cabe frisar a dificuldade enfrentada para sua consolidação devido às cassações já realizadas e as que porventura ocorressem em um momento de intenso controle pelo governo militar, e também os empecilhos formados por este de forma a controlar a constituição dos novos partidos. Dessa forma, foi constituído o partido da situação, a Aliança Renovadora Nacional (Arena). Já o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), tornou-se a oposição legal “consentida”, tolerada, em que se reuniram opositores do regime de diferentes pensamentos políticos, formando um partido híbrido unido sobre o ideal de restabelecimento da democracia (KINZO, 1988, p. 30, 32, 55).

Reforma política: a mudança do MDB na transição política

O MDB foi, durante boa parte da ditadura civil-militar brasileira (de 1965, com a constituição do bipartidarismo, até 1979, com o retorno do pluripartidarismo), o partido de oposição permitido. Por quase uma década, essa agremiação não tinha expressividade eleitoral, tendo baixos índices de votação nos níveis municipais, estaduais e federais.⁴ Porém, após as eleições legislativas de 1974, no momento em que era discutida a transição política, após o anúncio da distensão pelo governo de Ernesto Geisel, o MDB alcançou sua primeira grande vitória eleitoral.

Analisando os dados eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) referentes ao pleito legislativo de 15 de novembro de 1974, o MDB não alcançou a formação partidária majoritária do Congresso Nacional. Porém, examinando essa situação eleitoral, o MDB aumentou sua representatividade. Na votação para formação da Câmara dos Deputados, esse partido obteve mais de um terço das cadeiras. Essa representação, de acordo com a Constituição de 1967 vigente naquele período,

significava a possibilidade desse grupo político barrar algumas tramitações do governo, assim como convocar CPIs (KINZO, 1988, p. 163). Já para o Senado, estavam ocorrendo eleições para renovação de um terço das cadeiras, sendo que o MDB levou 16 das 22 em disputa, configurando sua maior vitória sobre a Arena.

Diante desse aumento eleitoral em 1974 e em eleições posteriores,⁵ o MDB passou a ser compreendido como grande ameaça aos projetos governistas. Fazia-se necessário, então, ao governo realizar uma reforma partidária.

A partir de 1974, a controvérsia sobre a reformulação partidária tornou-se uma questão central para a legitimidade do regime, pois o MDB tornara-se competitivo em nível nacional, de sorte que o sistema partidário pôde ser considerado, então, efetivamente bipartidário. O fim do bipartidarismo, como a maior parte das análises enfatiza, foi uma estratégia do governo para dividir os políticos do MDB em vários partidos. [...] além de constituir um projeto estratégico do governo, a reforma partidária era mesmo uma demanda de grande parte dos políticos, tanto da Arena quanto do MDB (GRINBERG, 2003, p. 208).

Essa reforma foi concretizada no governo de João Figueiredo, em 1979. Para Thomas Skidmore (1988, p. 427) assim como para Maria D'Alva G. Kinzo (1988, p. 205), o bipartidarismo acabava por favorecer a oposição. Um exemplo dado por Skidmore foi a constante taxa alta de inflação que favorecia o discurso oposicionista, principalmente nas regiões Centro-Sul, que eram mais desenvolvidas economicamente (1988, p. 427).

Assim, a oposição legal, antes enfraquecida, passou a congregiar várias vozes da oposição, cabendo frisar que, apesar da heterogeneidade de pensamentos dos partidários do MDB, terminavam por utilizar o partido como veículo do pensamento que os uniam: o restabelecimento do sistema democrático. Segundo Motta, a partir de 1974, o MDB atraiu parcelas do empresariado nacional, setores da juventude e os novos movimentos sociais (MOTTA, 1997, p. 153-194).

Então, com o crescimento exponencial do MDB e a discussão entre os partidos políticos pela reforma política como forma de melhorar a representatividade (KINZO, 1988, p. 206), no governo de João Figueiredo, em 22 de novembro de 1979, foi aprovada a reforma, e, com ela, o fim dos partidos vigentes durante a ditadura civil-militar. Foi possível também o rompimento com o bipartidarismo e o início de uma nova fase baseada no pluripartidarismo.

Embora legalmente dissolvidos, nem a Arena nem o MDB desapareceram de fato após a reforma partidária. Ansiosa por se ver livre de sua sigla impopular, a Arena mudou seu nome para Partido

Democrático Social – PDS. Inversamente, a imagem popular de MDB, a “sigla mágica”, determinava o simples acréscimo da palavra “partido” ao nome original, como exigia a nova lei. Surgiu, assim, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB. O leque partidário rapidamente se ampliou com a criação de quatro partidos políticos [...] (KINZO, 1988, p. 208-209).

Dessa forma, a reforma política em 1979 provocou uma grande ruptura no MDB. Esse fato era esperado pelo governo, e talvez até mesmo pelo próprio partido, dada a sua composição heterogênea de oposição, já marcada em seu interior por cisões.⁶ Nesse contexto, surgem com tradição emedebista o Partido Popular (PP), Partido Democrático Trabalhista (PDT) e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Os que mais absorveram os partidários do MDB foram respectivamente PMDB e PP. Já na Arena, em grande parte, os partidários “migraram” para o seu partido sucessor, o PDS (KINZO, 1988, p. 209).

Apesar das transformações aqui apontadas, o PMDB carregou consigo não somente a sigla do extinto MDB, mas também a significação histórica desse partido, principalmente nos rumos da transição política ao encabeçar diversos movimentos pró-democracia.

Memória do (P)MDB: atuais desafios

O atual cenário político brasileiro está marcado por um crescente descrédito devido às constantes veiculações de informações sobre corrupção. Os jornais estão permeados de notícias desanimadoras que envolvem políticos e partidos em esquemas fraudulentos e corruptos, levando boa parte da população a desacreditar no processo democrático e nos grupos políticos, bem como em um futuro promissor para a sociedade brasileira.

Tendo como preocupação essa imagem negativa atrelada às atuais siglas partidárias, diferentes partidos políticos⁷ têm entrado com pedidos no TSE para mudarem seus nomes. Afirma-se isso considerando que um número relevante de partidos tem entrado com pedidos junto ao TSE para mudanças de suas siglas em um período tão conturbado politicamente como vive o Brasil. A retirada da nomenclatura “partido” é uma das principais alterações feitas pelas agremiações. Para citar como exemplo, houve as alterações do Partido Trabalhista Nacional (PTN), que agora chama-se Podemos (PODE), e o Partido Trabalhista do Brasil (PT do B), que se tornou o Avante.⁸

Dessa forma, interpreta-se essas mudanças como tentativa de desvinculação da imagem partidária envolvida em escândalo, além de mostrar a transformação dessas agremiações como forma de se reaproximar do eleitor que se encontra desacreditado do sistema político partidário vigente. Para citar apenas um dos diversos que têm acometido nosso país, o esquema de corrupção investigado pela operação Lava Jato⁹ é hoje considerado o maior já ocorrido no Brasil e tem associado a si diversos partidos brasileiros.

Esse parece ser o caso do PMDB, partido com expressivo número de denúncias no processo da Lava Jato, conforme aparece em constantes noticiários,¹⁰ sendo o próprio presidente da República, Michel Temer, citado em diversas delações relacionadas a esse processo e acusado formalmente no Supremo Tribunal Federal (STF) por Rodrigo Janot, procurador-geral da República, por obstrução da justiça e organização criminosa.¹¹

Esse partido tem, então, apelado para o seu passado histórico como maneira de afugentar-se da instabilidade em que se encontra. Recorre à memória como instrumento de identificação com os feitos do pretérito, de forma a reviver a agremiação que lutou contra o governo ditatorial, como partido que defendia o restabelecimento democrático. Para Pollak,

É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada (POLLAK, 1992, p. 201).

Ou seja, a relação histórica do PMDB com a sua trajetória de composição, como grupo político opositor à ditadura, é forte o suficiente para que este partido evoque sua memória de forma a reconstruir sua ideologia aparentemente desgastada com base na projeção e identificação de um passado notável. Porém, é necessário afirmar que a invocação ao passado não traz de volta as mesmas expectativas e ideologias do período de sua constituição enquanto partido.

Dessa forma, o PMDB enviou em 16 de agosto de 2017 um pedido ao TSE para que voltem a adotar a sigla MDB. Em entrevistas aos jornais, o presidente do partido, Romero Jucá, apelou para a memória histórica, negando possíveis tentativas de desvencilhamento da imagem negativa que se tem atribuído ao partido. Em reportagem do jornal *O Globo*, foi destacada a seguinte fala:

Quero rebater críticas de que o PMDB estaria mudando de nome para se esconder. Não é verdade. Estamos resgatando nossa memória histórica. Queremos realmente ganhar as ruas. Nós vamos ter uma nova programação, bandeiras nacionais.¹²

Já na reportagem do jornal *Folha de São Paulo*, é frisada a seguinte fala:

Estamos resgatando a nossa memória, história, e estamos retirando o último resquício da ditadura dentro do PMDB, porque esse ‘P’ foi uma determinação do regime militar. Queremos ganhar as ruas. Teremos uma nova programação.¹³

Nota-se nas falas do presidente do partido a necessidade de reformulação desse grupo político, sendo preciso mudar desde a sua programação até o nome, já que a nomeação partidária carrega em si grande carga simbólica, buscando com essas modificações aproximar-se novamente dos eleitores.

Nas falas ainda é possível destacar o apelo para a memória. Um fato intrigante foi a menção da retirada da palavra “partido”, que seria um resquício da ditadura militar. Sendo assim, parece ser uma das novas propostas do PMDB querer reforçar a ideia de luta deste partido contra a ditadura, rememorando um passado heroico. Porém, Romero Jucá parece ter ignorado todo o processo de formação do MDB intrincado ao mesmo contexto que ele nega. O MDB foi construído dentro do sistema desenhado pelo governo liderado pelos militares, na constituição do bipartidarismo. Esse partido foi formado pelos parlamentares de oposição ao novo regime que se constituía no Brasil, bem como pelos que “restaram” dos expurgos já feitos pelo primeiro Ato Institucional, como já mencionado anteriormente.

Outro ponto a se destacar na fala do presidente do PMDB é a mudança da plataforma ideológica do partido. Nota-se o apelo para a construção de nova programação e bandeira partidária. Isso possibilita reiterar o pensamento aqui defendido sobre a mudança do partido como forma de se desatrelar de uma imagem negativa, mesmo que tal fato seja negado pelas lideranças do partido.

Há, dessa maneira, uma seletividade de memória, o que se deseja destacar e o que se deseja ignorar, ou seja, é reforçada a memória de luta pela democracia pela qual o partido é reconhecido em sua constituição histórica, mas tenta se afastar da memória ditatorial.

Abarcando esses argumentos e por meio dos conceitos desenvolvidos por Michael Pollak, é possível demonstrar que além de as memórias serem seletivas, elas são construídas.

A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros. Vale dizer que memória e identidade podem perfeitamente ser negociadas, e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo (POLLAK, 1992, p. 204).

Assim sendo, diante da crise de sua instituição partidária, o PMDB está colocando-se em processo de reconstrução de memória, apelando a sua antiga sigla pelo valor histórico positivo que ela contém, de maneira a se afastar do presente conturbado em que está inserido o partido.

Conclusão

Mediante a discussão por este artigo realizada, é notável que o momento de descrédito político brasileiro promoveu dentre os diversos partidos a necessidade de mudança em seus nomes e plataformas ideológicas junto ao eleitorado, como estratégia política com vista à reaproximação e atração de votantes. No caso específico do (P)MDB, essa transformação tem apelado à sua memória histórica, que envolve o retorno às suas origens.

Ao adotarem sua antiga sigla MDB, esse partido político tem buscado não apenas remontar o seu passado notável de luta contra o governo ditatorial em prol do restabelecimento da democracia, mas também promover mudanças em sua estrutura partidária atual. Mais do que o apelo afetivo ao passado em seu discurso, o partido busca construir essa memória em cima de uma seletividade dos eventos e marcos históricos que interessam ao fortalecimento de sua imagem junto à opinião pública, buscando atrair novamente e fazer crescer sua base eleitoral.

Referências

BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. 2. ed. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003. p. 57-98.

CARVALHO, Alessandra. *Elites políticas durante o regime militar: um estudo sobre os parlamentares da Arena e do MDB*. Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, 2008.

_____. *Partidos e abertura nos anos 1970: o MDB nas eleições de 1974 e 1978*. Natal: ANPUH, 2013.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

GRINBERG, Lúcia. *Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena), 1965-1979*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

KINZO, Maria d'Alva G. *Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966-1979)*. São Paulo: Vértice; Revista dos Tribunais, 1988.

LUCA, Tânia Regina de Luca. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PISNK, Carla Bassanesi (org.). *Fontes históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 142.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Partido e sociedade: a trajetória do MDB*. Ouro Preto: Ed. UFOP, 1997.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, v. 5, n. 10, 1992.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985*. 3. ed. Trad. Mário Salviano Silva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). *Dados estatísticos: eleições federais e estaduais realizadas no Brasil em 1965 e 1966*. v. 8. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1971.

Notas

¹ Artigo derivado de texto apresentado na XII Semana de História Política da UERJ, em outubro de 2017, com o título *(P)MDB: arcabouço da memória do passado ao presente*. Com pequenas alterações e inclusões de novas fontes.

² Compreensão aqui adotada pela leitura de DREIFUSS, 1981.

³ Compreende-se tal visão como algo subjetivo, porém analisado pela constante presença dessas obras e autores em muitos estudos direcionados aos partidos políticos da ditadura.

⁴ Principalmente em nível municipal, o MDB tinha pouca expressividade política, chegando a não ter diretórios em diversos municípios e nem candidatos para concorrerem não só nesse nível, mas em alguns casos, nos demais. A situação muda a partir de 1974, em que o partido empreende uma grande campanha eleitoral, aumentando sua representatividade por meio da abertura de novos diretórios municipais, bem como com intensa propaganda política. Ver CARVALHO, 2008.

⁵ Para maiores referências, ver CARVALHO, 2013.

⁶ Os dois grupos mais conhecidos e discutidos pela historiografia do MDB são os autênticos e os moderados. Para saber mais sobre essas linhas e outras, ver KINZO, 1988, p. 55-60.

⁷ Ver em: MODZELESKI, Alessandra; CALGARO, Fernanda. Diante de crise política, partidos mudam de nome para atrair eleitores em 2018. *G1*, 12 ago. 2017. Disponível em: <[https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwjKlpDq6-](https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwjKlpDq6-PXAhUHDpAKHZcADEgQFggtMAE&url=https%3A%2F%2Fg1.globo.com%2Fpolitica%2Fnoticia%2Fdiante-de-crise-politica-partidos-mudam-de-nome-para-atrair-eleitores-em-2018.ghtml&usg=AOvVaw3plfrTpLaeUPvsq80eugn5)

<<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwjKlpDq6-PXAhUHDpAKHZcADEgQFggtMAE&url=https%3A%2F%2Fg1.globo.com%2Fpolitica%2Fnoticia%2Fdiante-de-crise-politica-partidos-mudam-de-nome-para-atrair-eleitores-em-2018.ghtml&usg=AOvVaw3plfrTpLaeUPvsq80eugn5>>. Acesso em: 5 out. 2017.

⁸ Dados do TSE. Ver em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Janeiro/tres-partidos-pedem-ao-tse-mudanca-de-nome>>. Acesso em: 24 abr. 2018.

⁹ Para entender melhor caso, ver site do Ministério Público Federal. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/para-o-cidadao/caso-lava-jato/entenda-o-caso>>. Acesso em: 5 out. 2017.

¹⁰ Ver matéria do site *O Globo*. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/quem-sao-os-novos-investigados-da-operacao-lava-jato-no-stf-21194175>>. Acesso em: 5 out. 2017.

¹¹ Ver BENITES, Afonso. Rodrigo Janot apresenta segunda denúncia contra Temer. *El País*, 15 set. 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/14/politica/1505409607_914172.html>. Acesso em: 5 out. 2017.

¹² MODZELESKI, Alessandra. PMDB voltará a se chamar MDB para “ganhar as ruas”, diz Jucá. *G1*, 16 ago. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/pmdb-voltara-a-se-chamar-mdb-para-ganhar-as-ruas-diz-juca.ghtml>>. Acesso em: 5 out. 2017.

¹³ BOGHOSSIAN, Bruno. PMDB retoma processo para mudar de nome e voltar a se chamar MDB. *Folha de São Paulo*, 16 ago. 2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/08/1910325-pmdb-retoma-processo-para-mudar-nome-e-voltar-a-se-chamar-mdb.shtml?mobile>>. Acesso em: 5 out. 2017.